



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 19 de maio de 2026

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na segunda-feira	IBovespa nos últimos dias	Na segunda-feira	Últimos	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,17% São Paulo	177.098	R\$ 4,998 (-1,37%)	R\$ 1.621	R\$ 5,824	14,40%	14,36%	Novembro/2025 0,18 Dezembro/2025 0,33 Janeiro/2026 0,33 Fevereiro/2026 0,70 Março/2026 0,88
0,32% Nova York	13/5 14/5 15/5 18/5	12/maio 4,895 13/maio 5,008 14/maio 4,986 15/maio 5,067					

ESCALA 6 X 1

Semana decisiva para PEC da jornada

Já há consenso pela redução da carga de 44 para 40 horas e dois dias de folga. Debate, agora, gira em torno da transição

» DANANDRA ROCHA

A semana será decisiva para a tramitação da proposta que prevê o fim da escala de trabalho 6x1 na Câmara dos Deputados. Está marcada para amanhã a apresentação do parecer do relator Leo Prates (Republicanos-BA), com possível votação.

Ontem, em entrevista ao **Correio**, o presidente da comissão especial que analisa a matéria, Alencar Santana (PT-SP), afirmou acreditar em uma aprovação “expressiva” da proposta e avaliou que há um ambiente favorável ao texto dentro do colegiado.

Segundo o parlamentar, o amplo apoio popular ao tema deve pesar no posicionamento dos deputados durante a votação. “A matéria tem amplo apoio popular. Mesmo quem tem dúvidas ou é contrário pode não ter coragem de votar contra a vontade popular. Creio que teremos uma votação expressiva”, afirmou. A previsão é de que o debate no Plenário da Casa ocorra no dia 27 de maio.

O texto em discussão prevê a redução da jornada semanal de 44 para 40 horas, com dois dias de descanso e sem redução salarial.

Nos bastidores, o principal impasse segue sendo a regra de transição para implementação da mudança. Setores empresariais defendem uma adaptação gradual e mais longa, enquanto integrantes da base governista pressionam por aplicação imediata ou por uma redução escalonada mais curta.

Para Alencar Santana, propostas que ampliem excessivamente o prazo de transição enfrentam resistência dentro da comissão. O deputado citou emendas apresentadas por parlamentares ligados ao campo bolsonarista que sugerem um prazo de até 10 anos para implementação das novas regras.

“Não vejo clima para aprovar emendas que adiem tanto a implementação da escala. Existe uma expectativa muito grande da população, e postergar isso seria decepcionar o povo”, declarou.

O presidente da comissão também reforçou que o governo federal mantém posição favorável tanto ao fim da escala 6x1 quanto à redução da jornada de

Bruno Spada



Reginaldo Lopes (PT-MG), autor da PEC e Alencar Santana (PT-SP), presidente da comissão especial, participaram de audiência pública, ontem

trabalho sem corte salarial. Segundo ele, a orientação do Palácio do Planalto foi reiterada durante as audiências públicas realizadas pelo colegiado.

“O governo já deixou clara sua posição ao encaminhar a proposta para a Câmara. O compromisso é com a redução da jornada, sem redução salarial e sem transição prolongada”, afirmou.

Apesar do cenário considerado favorável pela base governista, a oposição promete obstrução e deve utilizar instrumentos regimentais para retardar a tramitação. Procurado pela reportagem, o líder da oposição na Câmara, Cabo Gilberto (PL-PB) disse que vai “esperar” o relatório para se manifestar.

Apesar disso, Alencar Santana reconheceu que a votação final da comissão pode acabar ficando para a próxima semana.

“A oposição provavelmente vai pedir vista. É um direito regimental

e isso pode empurrar a votação para a semana que vem”, disse.

Durante a entrevista, o parlamentar também rejeitou a ideia de que a proposta trate apenas de uma pauta trabalhista. Para ele, a discussão envolve qualidade de vida e saúde dos trabalhadores.

“O trabalhador brasileiro está exausto, adoecido mental e fisicamente. A discussão não é apenas sobre jornada, mas sobre dignidade, convivência familiar e qualidade de vida”, afirmou.

Ao **Correio**, o relator da proposta, Leo Prates, afirmou que trabalha na construção da primeira versão do parecer que será apresentado ao Motta. A expectativa é de que eles se reúnam ainda nesta semana para alinhar os últimos pontos do texto.

Para acelerar a tramitação, Hugo Motta convocou sessões extras do plenário, que servem de referência para os prazos de apresentação de emendas na comissão.



A matéria tem amplo apoio popular. Mesmo quem tem dúvidas ou é contrário pode não ter coragem de votar contra a vontade popular. Creio que teremos uma votação expressiva”

Alencar Santana (PT-SP), presidente da comissão especial que analisa a redução de jornada

Relatoria

Cotada, nos bastidores, para assumir a relatoria do PL 1838/2026, encaminhado pelo Executivo, que também trata do fim da escala 6x1 e da redução da jornada semanal de trabalho, a deputada Daiana Santos (PCdoB-RS) afirmou ao **Correio**, ontem, que ainda não recebeu nenhuma sinalização formal do Palácio do Planalto ou da presidência da Câmara sobre a possibilidade de assumir a função.

O nome dela passou a circular nas negociações por conhecer bem a pauta. Daiana é autora do PL 67/2025, proposta que prevê jornada semanal de 40 horas e dois dias de descanso, tema atualmente debatido na Comissão do Trabalho.

“Ainda não houve nenhuma sinalização formal do Governo ou da presidência da Câmara nesse sentido. Meu nome pode estar sendo lembrado porque eu tenho atuado

desde o início nessa pauta”, afirmou.

Apesar disso, a deputada disse ter disposição para dialogar com diferentes setores caso seja escolhida para conduzir o texto. Segundo ela, a construção da proposta exige negociação entre governo, centrais sindicais, empresários e lideranças partidárias.

“Essa é uma pauta do Brasil, de mais de 70% da sociedade, não de uma parlamentar isolada”, declarou.

Nos últimos dias, o nome de Daiana passou a ser ventilado como alternativa para ampliar a participação do governo federal nas negociações da proposta. Atualmente, a relatoria da comissão especial está nas mãos do deputado Léo Prates.

Questionado pelo **Correio** sobre a possibilidade de mudança na relatoria, Alencar Santana, afirmou que qualquer definição dependerá do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), em articulação com o governo federal.

“Essa é uma decisão do presidente Hugo Motta e do governo. Não cabe a mim nem ao relator decidir isso”, disse Alencar.

Daiana também afirmou acreditar que existe ambiente político para aprovação da proposta ainda neste semestre. Segundo a deputada, a PEC 221/2019 deve avançar tanto na comissão especial quanto no plenário da Câmara, com margem ampla de votos favoráveis.

“Hoje, eu penso que a PEC deverá ser aprovada na Comissão Especial e no plenário da Câmara, acima de 400 votos”, afirmou.

A parlamentar diferenciou a PEC 221/2019 do PL 1838/2026, enviado pelo Executivo. Enquanto a proposta de emenda à Constituição trata de mudanças constitucionais ligadas à jornada de trabalho, o projeto do governo regulamenta a redução da jornada e o descanso semanal remunerado por meio de lei ordinária.

Caso assuma a relatoria, Daiana defende um texto de consenso, mas sem recuo em relação aos direitos trabalhistas. Segundo ela, a estratégia deve combinar diálogo político e defesa da redução da jornada.

“O setor empresarial precisa compreender que reduzir jornada não é atraso. É saúde, produtividade, vida familiar e desenvolvimento com justiça social”.

Em evento contra, Alckmin defende a redução da carga horária

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) divergiu, ontem, de setores do empresariado na pauta que prevê a redução da jornada de trabalho e destacou os avanços tecnológicos como argumentos favoráveis à redução da carga horária do trabalhador. Antes de ler, empresários reunidos na cerimônia de abertura da Apas Show 2026, haviam feito críticas à tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê o fim da escala 6x1.

“Na medida em que a tecnologia permite você fazer mais com menos gente, com o uso de tecnologia, eu produzo mais com menos pessoas. É uma tendência mundial você ter uma jornada menor”, disse o vice-presidente, em

entrevista, após sua participação na abertura do evento, promovido pela Associação Paulista de Supermercados (Apas). “O presidente Lula encaminhou a proposta ao Congresso Nacional. Cabe agora ao Congresso Nacional discuti-la e votá-la”, completou.

Entidade que representa o evento em que Alckmin participou, a Apas é uma das principais vozes contrárias à ideia de acabar com o fim da escala 6x1 de forma isolada. Seu presidente, Erlon Ortega, defendeu a necessidade de “modernizar a discussão” do fim da 6x1 para abranger os anseios dos trabalhadores da área de supermercados, que, segundo ele, querem ter maior flexibilidade em relação ao ofício.

O vice-presidente ouviu dos empresários o pedido para que os

projetos envolvendo mudança na jornada não tramitem em regime de urgência e considerem, também, o impacto sobre a economia.

“Horista ou diarista, que o trabalhador possa escolher. O trabalhador está informal porque não quer um modelo engessado”, pontuou Ortega, no evento. Além dele, a defesa por uma maior discussão foi feita por João Galassi, presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras). Para o empresário, uma possível redução da carga horária de trabalho deve ser feita de forma escalonada.

Diálogo

Sobre as críticas, Alckmin defendeu o diálogo entre os setores envolvidos. “O caminho do diálogo, não é? Esse sempre é o bom

caminho”, apontou, citando o depoimento que teria ouvido de uma jovem trabalhadora. “Ela falou, ‘olha, eu estou trabalhando aqui sábado, 22h, nenhum problema. Mas preciso de dois dias, porque eu tenho casa para cuidar, eu preciso cozinhar, tenho dois filhos para cuidar’. Então, é possível, sim, a gente avançar nesse bom diálogo”, comentou o vice-presidente.

O governador Tarcísio de Freitas, que também participou da cerimônia, foi bastante aplaudido ao criticar a proposta. “Não adianta achar que vai cuidar do trabalhador sem cuidar do empregador. E não adianta achar que, de repente, aquele trabalhador que vai ter uma jornada reduzida, mas vai perder o seu poder de compra, vai aproveitar essa jornada com a sua família”, disse Tarcísio.

Divulgação/Apas



Alckmin ouviu críticas dos empresários, enquanto Tarcísio foi aplaudido